

# 67 Processos atingiram até a nora, mas não pararam

Em novembro de 1995, no fim de seu primeiro ano no Planalto, o presidente Fernando Henrique Cardoso enfrentou um incômodo problema familiar. Sua nora, Ana Lúcia Magalhães Pinto, viu o Banco Nacional, de sua família, sofrer intervenção do Banco Central — ele estava quebrado e seu espólio foi passado ao Unibanco. Meses depois, em 30 de agosto de 1996, Ana Lúcia apresentou-se à Polícia Federal, no Rio, e, na condição de vice-presidente do Nacional, foi interrogada por 90 minutos.

Deixar que a justiça seguisse seu curso tornou-se uma rotina de seu governo. Mais do que em outras tarefas impor-

tantes dos seus sete anos de Planalto, o presidente pode dizer, sim, que “talvez nunca, em nossa História, tenha havido um esforço tão consistente, persistente de combate a corrupção”.

Alguns de seus mais chegados amigos, que o ajudaram nas mais diferentes batalhas, surpreenderam-se com essa mania de isenção diante da lei. Esse esforço cortou, em alguns casos de modo público e dramático, a carreira de figuras como seu amigo e imediato Júlio César Santos (afastado do Itamarati, após o caso Sivam), o seu fiel gerente de campanha em 1994, José Eduardo de Andrade Vieira

(que “perdeu” o Banco Bamerindus), o zeloso líder no Congresso, José Roberto Arruda (condenado pela Comissão de Ética no caso do painel do Senado), o grande produtor-geral de suas vitórias legislativas, Antonio Carlos Magalhães (nos casos Banco Econômico e painel do Senado), o coordenador da preciosa ajuda do PMDB, Jader Barbalho (caso Sudam).

E ninguém pôde reclamar de falta de avisos. “O presidente não entra em conluio dessa espécie”, dizia ele a ACM, indiretamente, diante de queixas no fechamento do Banco Econômico. Numa visita à Argentina, em meio aos casos Econômico e Nacional, em 1996, ele repetia o recado a banqueiros: “Que não haja dúvidas sobre esse ponto: irão para a cadeia se condenados pela Justiça”.